

Vacina

Divulgação



Moderna tem queda no lucro e frustra previsão

A Moderna registrou lucro líquido de US\$ 1,5 bilhão no quarto trimestre de 2022, ou US\$ 3,61 por ação ajustada, bem abaixo da previsão de US\$ 4,60 dos analistas consultados pelo FactSet. A queda no lucro líquido foi de 70% na comparação anual e, no caso do lucro por ação ajustado, o recuo foi de 68%. Após o balanço, a ação da companhia recuou 0,77% em Nova York. **PÁGINA 4**

Reestruturação

Países podem economizar US\$ 148 bi em dívidas

As economias em desenvolvimento podem garantir até US\$ 148 bilhões em economias se a comunidade internacional reestruturar a dívida existente e expandir o acesso a financiamentos acessíveis. A avaliação do Pnud identificou 52 economias em desenvolvimento de baixa e média renda que estão em superendividamento ou em alto risco. **PÁGINA 5**

Federação

União Brasil negocia aliança com Avante e PP

Nascido da fusão entre o DEM e o PSL, o União Brasil conquistou três ministérios no novo governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas resiste a integrar oficialmente a base aliada no Congresso. O partido negocia uma federação com o Avante e o PP. **PÁGINA 6**

Sustentabilidade

Weber Haus aposta em bebidas com diamante

As cachaças da Weber Haus são comercializadas hoje na Alemanha, Japão, Bélgica e Inglaterra. Um dos diferenciais da empresa foi apostar em cachaças como se fossem um artigo de luxo para colecionadores e até uma alternativa de investimento rentável. A versão com um diamante de 3,65mm incrustado na garrafa custa R\$ 12.948. **PÁGINA B-3**

A arrecadação somou R\$ 251,745 bilhões em janeiro

Reoneração da gasolina está prevista para março

Malaquias afirmou que a nova grade de parâmetros macroeconômicos para 2023 vai captar uma série de itens, como cenário externo e juros



Marcelo Camargo - Agência Brasil

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, afirmou na quinta-feira, 23, que, conforme a medida provisória (MP) editada pelo governo federal no início de janeiro, a reoneração da gasolina está prevista para o começo de março. Ele não soube informar, no entanto, se haverá uma prorrogação. Em relação à regra da novena para reonerar a gasolina, Malaquias afirmou que é um tema jurídico. "É uma questão jurídica, a gente não teria respos-

ta. A alíquota de desoneração seria vigente até o final deste mês, então a reoneração está prevista conforme a norma", disse, durante coletiva após a divulgação da arrecadação de janeiro. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal afirmou também que a reoneração dos combustíveis é uma questão de política econômica, e não de arrecadação. Malaquias foi questionado sobre os recortes na arrecadação registrados em janeiro de 2023 e como a proposta de reonerar gasolina e etanol impactam as próximas apurações. **PÁGINA 2**

ÁREAS DE RISCO

São Sebastião acumula condenações na Justiça



Rovena Rosa - Agência Brasil

A prefeitura de São Sebastião acumula, ao longo dos últimos três anos, 37 condenações judiciais para que regularize, leve serviços básicos e, assim, reduza riscos de áreas ocupadas nas proximidades de encostas da Serra do Mar. Grande parte dessas moradias está em regiões de risco, como a Vila Sahy, local com o maior número de vítimas dos deslizamentos provocados pelas fortes chuvas do fim de semana no litoral norte paulista. O temporal deixou pelo menos 48 mortos e centenas de desalojados. **PÁGINA 8**

MEIO AMBIENTE

Petrobras bate novo recorde de captura e utilização de CO2

PÁGINA 2

DIGITALIZAÇÃO

Telefônica registrou lucro de € 525 milhões no quarto trimestre

PÁGINA 3

REORGANIZAÇÃO

Vendas da Danone tiveram aumento de 13,9% em 2022

PÁGINA 3

EXPORTAÇÃO

Divulgação



Lucro da Frigol teve expansão de 226% e atingiu R\$ 133 milhões

PÁGINA 3

GUERRA

G-7 aumenta apoio econômico à Ucrânia para US\$ 39 bilhões

PÁGINA 5

IBOVESPA 107.592,87 ↑ 0,41%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
JBS ON NM	18,90	+5,53%	+0,99
PETROBRAS ON N2	30,03	+3,73%	+3,73%
MINERVA ON NM	11,80	+3,51%	+0,40
GRUPO NATURA ON NM	15,33	+2,89%	+0,43
PETROBRAS PN N2	26,55	+3,07%	+0,79

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
QUALICORP ON NM	5,01	-3,65%	-0,19
CVC BRASIL ON NM	3,47	-2,53%	-0,09
CARREFOUR BRON NM	14,26	-2,46%	-0,36
VIA ON NM	1,99	-3,86%	-0,08
COGNA ON ON NM	2,17	-2,25%	-0,05

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	86,95	-0,47%	-0,41
PETROBRAS PN N2	26,55	+3,07%	+0,79
BRASIL ON NM	42,10	+0,81%	+0,34
ITAUUNIBANCO PN N1	26,48	+0,38%	+0,10
B3 ON NM	10,78	-0,65%	-0,07

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.153,91	+0,33%
S&P 500	4.012,32	+0,53%
NASDAQ	11.590,40	+0,72%
DAX 30	15.475,69	+0,49%
FTSE 100	7.907,72	-0,29%
IBEX 35	9.230,40	+0,63%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,135	5,136	↓ -0,64%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,026	0,026	↓ -0,84%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,441	5,442	↓ -0,69%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,170	6,173	↓ -1,01%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
297,00	USD\$ 1.822,38	

PRORROGAÇÃO

Malaquias diz que reoneração da gasolina está prevista para março

Enquanto o governo prepara uma nova proposta de reforma tributária, o valor arrecadado com impostos no mês passado foi o maior para meses de janeiro da série histórica, que teve início em 1995

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, afirmou na quinta-feira, 23, que, conforme a medida provisória (MP) editada pelo governo federal no início de janeiro, a reoneração da gasolina está prevista para o começo de março. Ele não soube informar, no entanto, se haverá uma prorrogação.

Em relação à regra da noventena para reonerar a gasolina, Malaquias afirmou que é um tema jurídico. "É uma questão jurídica, a gente não teria resposta. A alíquota de desoneração seria vigente até o final deste mês, então a reoneração está prevista conforme a norma", disse, durante coletiva à imprensa após a divulgação da arrecadação de janeiro.

A MP estabeleceu que a desoneração sobre gasolina e etanol vai até o final deste mês, enquanto a desoneração sobre o diesel vai até o fim do ano.

A desoneração de impostos federais sobre combustíveis foi aprovada durante o governo do presidente da República Jair Bolsonaro (PL), no ano passado, em meio à alta nos preços dos produtos somado ao cenário eleitoral.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros



Malaquias: "É uma questão jurídica, a gente não teria resposta. A alíquota seria vigente até o final deste mês, então a reoneração está prevista conforme a norma"

da Receita Federal afirmou que a reoneração dos combustíveis é questão de política econômica, e não de arrecadação. Malaquias foi questionado sobre os registros em janeiro de 2023 e como a proposta de reonerar gasolina e

etanol impactam as próximas apurações.

De acordo com ele, projeções da Receita Federal para arrecadação têm como base parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE).

A nova grade de parâmetros macroeconômicos para

2023 sairá em março e vai captar uma série de itens, como cenário externo, índices de preço, juros, questões de crédito e endividamento, conforme explicou.

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 251,745 bilhões em

janeiro, novo recorde para o mês. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 1,14% na comparação com o primeiro mês do ano passado, quando o recolhimento de tributos somou R\$ 235,321 bilhões.

Enquanto o governo pre-

para uma nova proposta de reforma tributária, o valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de janeiro da série histórica, que tem início em 1995. Em relação a dezembro do ano passado, houve alta real de 19,14% na arrecadação.

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pela reportagem, que ia de R\$ 210,50 bilhões a R\$ 259,30 bilhões, e um pouco acima da mediana, de R\$ 250,367 bilhões.

O Fisco apontou que o resultado foi impulsionado pelo crescimento real de 58,14% na arrecadação do IRRF - Capital, em razão da alta da Selic, com destaque para o desempenho dos fundos e títulos de renda fixa.

Por outro lado, de acordo com a Receita, a redução das alíquotas do imposto de importação afetou a arrecadação deste tributo e do IPI vinculado.

A queda do IPI, PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis, em decorrência das leis complementares aprovadas no ano passado, também afetou a arrecadação desses tributos.

As desonerações totais concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 12,379 bilhões em janeiro, valor bem maior do que no mesmo mês de 2022, quando ficaram em R\$ 6,349 bilhões.

LÍDER MUNDIAL

Petrobras bate recorde de captura de CO²

A Petrobras bateu um novo recorde em captura, uso e armazenamento geológico de CO₂ (o chamado Carbon Capture, Utilization and Storage - CCUS) em 2022, alcançando a marca de 10,6 milhões de toneladas reinjetadas (equivalentes a 5,8 bilhões de m³ de CO₂). Para efeito de comparação, essa parcela, em volume, corresponde a 27% do total de gás reinjetado nos campos do pré-sal - e a cerca de 25% do total de CO₂ injetado pela indústria global no ano passado, de acordo com o Global CCS Institute.

"Com esse resultado, a empresa consolida sua liderança mundial em reinjeção de CO₂, em linha com a estratégia de reduzir a intensidade das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em suas operações", disse a Petrobras em nota na quinta-feira, 23.

Segundo a Petrobras, diante da sinergia natural dessa atividade com a indústria de óleo e gás, a Petrobras está estudando oportunidades de desenvolvimento de um novo modelo de negócio para captura e armazenamento de CO₂ oriundo de processos industriais, além do



As 21 plataformas que produzem no pré-sal da bacia de Santos operadas pela Petrobras incorporam a tecnologia de CCUS associada à recuperação de petróleo

pré-sal. "O objetivo é contribuir para reduzir emissões não só da companhia, mas também de outras indústrias", explicou.

Atualmente, as 21 plataformas que produzem no pré-sal da bacia de Santos operadas pela Petrobras incorporam a tecnologia de CCUS associada

à recuperação avançada de petróleo (EOR - Enhanced Oil Recovery), com desempenho em evolução constante. Ao reinjetar o gás no reservatório, aumenta-se a eficiência da produção e reduz-se a intensidade de emissões de GEE, medida em emissões por bar-

ril produzido.

"Esse recorde evidencia a capacidade técnica da Petrobras de superar o desafio de lidar com a alta presença de CO₂ nos campos do pré-sal. Além de aplicar a tecnologia de reinjeção em águas ultra profundas de forma pioneira,

a empresa tornou-se líder no segmento. Ela opera hoje o maior projeto de CCUS do mundo, em termos de injeção anual, impulsionando sua estratégia de dupla resiliência, econômica e ambiental", informou a companhia.

O pioneirismo da Petrobras

foi reconhecido pela premiação da OTC (Offshore Technology Conference), em 2015, considerada o "Oscar da indústria de petróleo e gás". No Brasil, o projeto de CCUS da Petrobras foi reconhecido pelo prêmio Firjan de Sustentabilidade em 2020, na categoria Mudança Climática e Eficiência Energética.

Em escala global, destaca a companhia, a tecnologia de CCUS apresenta papel crucial para o futuro de baixo carbono, reconhecida por especialistas do mundo inteiro como solução imprescindível para o enfrentamento do aquecimento global. A Agência Internacional de Energia (AIE), por exemplo, em seu relatório "Net Zero by 2050 (IEA, 2021)", destaca que o CCUS é um dos principais viabilizadores para se alcançar o chamado Net Zero (zero emissões líquidas de carbono) em 2050.

Além disso, segundo o Global CCS Institute, em seu último relatório Global Status of CCS 2022, essa tecnologia é uma das ferramentas críticas que deve ser usada agora para enfrentar a crise climática, e que sem ela, será impossível alcançarmos as metas climáticas globais.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

DIGITALIZAÇÃO

Telefónica registrou lucro de € 525 milhões no 4º trimestre

A empresa informou que irá propor dividendo de 0,30 euro por ação para 2022, o mesmo valor pago no ano anterior e vai consolidar a sua liderança na era digital

A Telefónica divulgou na quinta-feira (23) que teve lucro líquido de 525 milhões de euros no quarto trimestre de 2022, revertendo prejuízo de 1,2 bilhão de euros de igual período de 2021. A receita da companhia de telecomunicações espanhola somou 10,20 bilhões de euros entre outubro e dezembro, ante 9,67 bilhões de euros no mesmo intervalo de 2021.

Já o lucro operacional antes de depreciação e amortização (Oibda) da Telefónica atingiu 3,26 bilhões de euros no trimestre, ante 1,36 bilhão de euros um ano antes, gerando margem de 31,9%.

Os resultados de lucro e receita da Telefónica superaram as previsões de analistas, de 488 milhões de euros e 10,09 bilhões de euros, respectivamente, enquanto o do Oibda ficou praticamente em linha com o consenso, de 3,28 bilhões de euros. A Telefónica também informou que irá propor dividendo de 0,30 euro por ação para 2022, o mesmo valor pago para o ano anterior.

A Telefónica continua a trabalhar na gestão dos negócios da empresa para evoluir e consolidar a sua liderança na era digital. Seguindo esta linha de atuação, o Grupo fechou o ano de 2022 com um resultado líquido de 2.011 milhões de euros, graças ao crescimento das receitas em todos os mercados em que opera e à eficiência na gestão e controlo de custos. Num ano marcado por um contexto macroeconómico complexo, a empresa voltou a demonstrar a sua consistente capacidade de geração de caixa, superior em mais de 72% face ao ano anterior, e reforçou o seu balanço, com mais de 80% da dívida a uma taxa e os vencimentos dos próximos três anos cobertos.

O desempenho positivo do Grupo em 2022 também permitiu à empresa superar as metas financeiras anunciadas para o

ano, com um crescimento orgânico das receitas de 4% e o resultado operacional antes de amortizações (OIBDA) de 3%. Além disso, a relação investimentos sobre vendas ficou em 14,8%, também dentro da meta.

“Estamos muito satisfeitos com a transformação pela qual a empresa está passando e estamos bem posicionados para continuar nesse caminho de crescimento rentável. Em 2022, a Telefónica demonstrou mais uma vez sua solidez, compromisso com seus objetivos e sua capacidade de enfrentar os ambientes mais desafiadores. Em 2023 manteremos nossa atual disciplina financeira e continuaremos priorizando investimentos em projetos de conectividade. Para a Telefónica, responder às novas demandas da era digital não é uma opção, é a escolha”, disse José María Álvarez-Pallete, presidente e CEO da Telefónica.

Após o bom desempenho em 2022, a Telefónica encara 2023 com novas metas que seguem a trajetória de crescimento alcançada no ano passado. Especificamente, a empresa estabeleceu metas para alcançar um crescimento orgânico de um dígito, baixo tanto em receitas como em OIBDA, bem como uma relação capex/vendas de cerca de 14%.

A Telefónica também anuncia um dividendo para 2023 de € 0,30 em dinheiro. Será pago em duas prestações de 0,15 euros cada, a primeira das quais ocorrerá em dezembro deste ano e a segunda em junho de 2024. Além disso, proporá aos acionistas o cancelamento de 0,4% do capital social mantido em tesouraria estoque em 30 de junho de 2022.

O desempenho positivo do último ano se refletiu nos principais mercados da empresa. As receitas da Telefónica Espanha cresceram 0,6% em 2022 e aumentaram entre outubro e dezembro pelo sétimo trimestre consecutivo. No último trimestre de 2022, as receitas de serviços cresceram ano a ano pela primeira vez em três anos. Na



José María Álvarez-Pallete: “estamos muito satisfeitos com a transformação pela qual a empresa está passando”

Espanha, o rendimento médio por cliente (ARPU) mantém-se acima dos 90€ e o churn continua a refletir a elevada fidelização dos clientes, caindo no quarto trimestre para 1%, o nível mais baixo desde 2015.

A Telefónica Alemanha registrou sólido crescimento de receitas e OIBDA em todos os trimestres do ano e concluiu com sucesso seu programa de três anos de “Investimento para o Crescimento”, encerrando o ano com cobertura 5G de mais de 80% da população.

A Virgin Media reportou uma melhoria anual no OIBDA de 9,9% e alcançou as sinergias planejadas. A Telefónica Brasil aumentou sua receita em dois dígitos

pelo terceiro trimestre consecutivo e reforçou sua liderança em clientes pós-pagos e fibra até o lar (FTTH). Finalmente, a Telefónica Hispam continua apresentando um bom desempenho graças ao seu novo modelo operacional, com crescimento nos acessos de alto valor, resultando em uma melhoria de 1% no ARPU móvel e de 1,1% no ARPU de banda larga fixa.

As unidades globais da Telefónica também apresentaram um desempenho positivo em 2022. A Telefónica Tech consolidou sua posição como líder em soluções digitais avançadas e aumentou suas capacidades e escala graças às aquisições estratégicas e de valor

agregado realizadas durante o ano. As receitas da Telefónica Tech cresceram 57,1% em relação a 2021, para 1.482 milhões de euros.

A Telefónica Infra continua liderando o setor levando a conectividade verde às áreas rurais e encerrou 2022 com uma cobertura de mais de 13 milhões de instalações passadas por fibra. A Telxius, o negócio de cabo submarino da companhia, finalizou o ano administrando maiores níveis de tráfego com fortes índices de rentabilidade e crescimento, impulsionando por um aumento orgânico do OIBDA de 17,2% para 218 milhões de euros, com margem de 51,8%.

RASTREABILIDADE

Lucro da Frigol cresce 226% e totaliza R\$ 133 milhões

A Frigol, quarto maior frigorífico do País, obteve lucro líquido de R\$ 133 milhões em 2022, aumento de 226% ante 2021. O Ebitda ficou em R\$ 251 milhões, alta de 101% na mesma base comparativa, com margem de 7%. Já a receita bruta da companhia no período foi de R\$ 3,8 bilhões, avanço de 21% ante o resultado de 2021.

A empresa também diminuiu a alavancagem para 1,1 vez da dívida Líquida/Ebitda (ante 1.3x em 2021). Em nota, a companhia disse que teve os melhores resultados financeiros e operacionais de sua história, sendo o terceiro ano consecutivo de crescimento acima de 20%.

“Devido à estratégia de diversificar mercados e escolher os mais rentáveis, a exportação representou 53% de nosso faturamento”, diz o CEO da Frigol, Eduardo Miron.

A China foi o principal destino, seguida de Israel. No ano passado, a companhia ampliou o número de habilitações conquistando habilitações para o Reino Unido, Irã, Líbano, Argentina e Canadá.

“Esse movimento deve continuar. Em 2023 já recebemos habilitação para venda para Indonésia”, declarou o CEO.

No mercado interno, a empresa avalia que o setor foi pressionado pela queda do consumo de carne bovina, ainda como um reflexo da crise de covid-19, inflação e queda do poder aquisitivo da população. “A companhia seguiu investindo para atender cada vez melhor os clientes e focando vendas de maior valor agregado”, disse.

Nesse sentido, inaugurou um novo centro de distribuição em Jandira (SP) para atender a Grande São Paulo e expandiu o Açougue Completo, projeto bem-sucedido em parceria com supermercados, que chegou ao fim de 2022 com 50 lojas no Estado de São Paulo.

Para Masson, os avanços na estrutura de capital estão entre os principais destaques do ano. “Em 2022, alteramos significativamente nossa estrutura de capital, dando robustez para o caixa da companhia, atingindo um saldo de R\$ 259 milhões no fechamento do ano, um aumento de 167% em relação a 2021”, pontua. O executivo relembra o fato da Frigol ter debutado no mercado de capitais em 2022, com duas emissões de Certificados de Recebíveis de Agronegócio (CRA), captando R\$ 210 milhões, que foram utilizados para o alongamento da dívida.

Para seguir o ciclo virtuoso de crescimento, a sustentabilidade está no centro da estratégia de negócios da Frigol. Em 2022, as iniciativas de rastreabilidade da cadeia produtiva foram coroadas com a auditoria do Ministério Público Federal do Pará, que confirmou que 100% das compras de gado e fornecedores estavam em conformidade com critérios socioambientais, bem como a edição do primeiro Relatório Anual e de Sustentabilidade e o primeiro inventário de gases do efeito estufa.

No ano, a companhia também evoluiu em sua governança, contando com o Conselho de Administração, que é composto por sete membros, sendo três mulheres e dois conselheiros independentes, além do suporte da Ernst & Young nos processos internos, da Deloitte no Canal de Denúncia e da Grant Thornton na auditoria externa.

A Frigol é um dos principais e mais tradicionais frigoríficos de carnes bovina e suína no Brasil. Fundada em 1992 pela família Gonzaga Oliveira, que atuava no ramo de carnes desde 1970, a Frigol está estrategicamente localizada nos estados de São Paulo e Pará. A empresa possui hoje importante participação no mercado nacional e internacional, com presença em mais de 60 países distribuídos pela América do Sul e do Norte, Europa, Oriente Médio, Ásia e África.

TRANSFORMAÇÃO

Vendas da Danone subiram 13,9%

A Danone informou queda no lucro em 2022, mas vendas maiores no quarto trimestre. A empresa francesa de alimentos relatou que o lucro líquido do ano foi de 959 milhões de euros (US\$ 1,02 bilhão), queda de 50,2% ante o 1,92 bilhão de euros do ano anterior.

O lucro líquido recorrente, que exclui itens excepcionais, subiu 1,9%, para 2,21 bilhões de euros (US\$ 2,35 bilhões). Analistas estimavam 2,15 bilhões de euros, equivalente a US\$ 2,29 bilhões.

As vendas do ano inteiro aumentaram 13,9% na mesma base comparativa, para 27,66 bilhões de euros (US\$ 29,45 bilhões), enquanto a margem operacional recorrente para o ano foi de 12,2%, queda anual de 154 pontos-base, mas 10 pontos base acima do consenso compilado pela empresa. As vendas no quarto trimestre tiveram crescimento orgânico de 7% na comparação anual.

A Danone afirmou que os resultados foram afetados por custos relacionados a um plano de reorganização “primeiramente local” e um prejuízo de cerca de 500 milhões de euros relacionado ao negócio EDP na

Rússia.

A empresa prevê um crescimento de vendas 3% a 5% com melhoria recorrente moderada da margem operacional para 2023. A orientação está alinhada com o consenso atual de crescimento orgânico de 4% e uma melhoria de margem de 30 pontos-base no ano.

A companhia disse que vai propor um dividendo de 2 euros por ação para 2022, 3,1% acima do ano anterior.

O CEO da Danone, Antoine de Saint-Affrique, disse que, embora 2022 tenha sido um ano de desafios externos e volatilidade sem precedentes, para a Danone também foi um ano de transformação profunda e entrega sólida. “Sou grato a todos os Danoners por sua resiliência e paixão por clientes, consumidores, pacientes e por tornar nossa empresa cada vez mais forte.”

Segundo ele, a Danone teve um forte progresso em muitas frentes, com o Local First totalmente implementado, um Executivo materialmente fortalecido, um Conselho de Administração renovado e uma governança robusta agora em vigor. “Também definimos e imedia-



A Danone afirmou que os resultados foram afetados pela reorganização

tamente colocamos em ação nossa nova estratégia, Renew Danone. É importante ressaltar que 2022 não foi apenas um ano de estratégia e transformação, mas também de progresso significativo e entrega. Fechamos um ano de sólido crescimento, +7,8% em base comparável, com todas as regiões e categorias contribuindo.”

Saint-Affrique afirmou que, ao cumprir os compromissos financeiros para 2022, a empresa começará a reinvestir significativamente na supe-

rioridade de seu produto e no suporte à marca. Ele destacou o desempenho e resiliência do Noram e CNAO, regiões onde a empresa continuou a impulsionar o crescimento equilibrado e competitivo, construindo marcas fortes, investimentos e sólida execução.

“Também avançamos rapidamente em nossa agenda de gestão de portfólio, principalmente com anúncios nas plataformas EDP Rússia e US Organic Dairy. Com base no impulso de 2022, estamos entrando em

2023 com ambição renovada e confiança em nossa estratégia. Em 2023,

continuaremos nossa transformação e investiremos ainda mais em nossas marcas, produtos e capacidades enquanto entregamos em linha

com a orientação de médio prazo definida no ano passado.” A Europa registrou crescimento de vendas de 5,2% em 2022 em uma base comparável e a margem operacional recorrente foi de 12,4%,

uma queda de 307 bps em relação ao ano passado.

No quarto trimestre, as vendas aumentaram 4,0% em base comparável, impulsionadas por 9,9% de crescimento no preço e queda de 5,9%

do volume/mix. Os volumes foram impactados pela aceleração sequencial da racionalização do portfólio e por algumas suspensões temporárias de entrega. A EDP registrou um crescimento de 2,2% na Europa, liderada tanto pelos Lácteos e Plant-based, enquanto Waters registrou crescimento moderado de 1,5%. A Nutrição Especializada apresentou crescimento de 7,8%, liderado por Aptamil em Nutrição Infantil.

NOVOS MEDICAMENTOS

Moderna tem queda no lucro e frustra previsão

A companhia informou que vai elevar seus investimentos em desenvolvimento e pesquisa para US\$ 4,5 bilhões em 2023

A Moderna registrou lucro líquido de US\$ 1,5 bilhão no quarto trimestre de 2022, ou US\$ 3,61 por ação ajustada, bem abaixo da previsão de US\$ 4,60 dos analistas consultados pelo FactSet. A queda no lucro líquido foi de 70% na comparação anual e, no caso do lucro por ação ajustado, o recuo foi de 68%. Após o balanço, a ação da companhia recuava 0,77% no pré-mercado em Nova York, às 9h23 (de Brasília). Já a receita da companhia farmacêutica foi de US\$ 5,1 bilhões no quarto trimestre do ano passado. Em igual período de 2021, havia sido de US\$ 7,2 bilhões, graças em grande medida a uma queda nas vendas de vacina contra a covid-19, aponta a Moderna em comunicado.

A Moderna também reiterou que tem contratos de "aproximadamente US\$ 5 bilhões" em vendas de vacina contra a covid-19 com entrega prevista para 2023, e acrescentou que espera vendas adicionais em seus principais

mercados para o imunizante. A companhia diz que elevará seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento a US\$ 4,5 bilhões em 2023. Também informa que tem recompras de ação em andamento, de um programa de US\$ 3 bilhões anunciado em agosto de 2022, após já ter concluído um outro programa de recompra também de US\$ 3 bilhões no quarto trimestre de 2022.

"2022 foi outro ano impressionante para a Moderna, com mais de US\$ 19 bilhões em receita e avanços clínicos significativos em nosso portfólio, hospitalização e morte", disse Stéphane Bancel, CEO da Moderna.

Segundo ele, a plataforma de doenças infecciosas continua progredindo com dados positivos da Fase 3 em RSV para adultos mais velhos. "Estamos investindo para expandir a fabricação da Fase 3 para vacinas personalizadas contra o câncer, para que possamos executar vários estudos da Fase 3 simultaneamente. Com investimentos planejados

em P&D de US\$ 4,5 bilhões para ano, estou entusiasmado com os novos medicamentos que acreditamos que traremos aos pacientes nos próximos anos."

A Moderna também anuncia que Juan Andres, atual presidente de Parcerias Estratégicas e Expansão Empresarial, se aposentará da empresa em maio, após mais de seis anos.

"Juan desempenhou um papel enorme desde que ingressou na Moderna em 2017. Ele atuou como Diretor de Operações Técnicas e Diretor de Qualidade e liderou nossa fabricação de uma empresa de desenvolvimento clínico em estágio inicial para uma empresa comercial. Em 2020 e 2021, Juan fez um trabalho histórico com sua equipe para escalar a Moderna para um lançamento comercial global, durante uma pandemia. É inacreditável que ele tenha levado a equipe de ter feito menos de 100.000 doses em todo o nosso portfólio em 2019 para mais de 800 milhões de doses em 2021 da nossa vacina COVID-19 globalmente, durante uma pande-



Moderna reiterou que tem contratos de "aproximadamente US\$ 5 bilhões" em vendas de vacina contra a covid-19

mia", disse Bancel.

Ele afirmou que muito poucos líderes de manufatura poderiam ter liderado tal conquista durante um período tão desafiador. "Nós, e as centenas de milhões de pessoas em todo o mundo que receberam a vacina Moderna COVID-19, devemos a Juan nossa gratidão."

A vacina RSV em adultos mais velhos (mRNA-1345) atingiu seu objetivo primário de eficácia e recebeu a designação de terapia

inovadora da FDA. O mRNA-1345 demonstrou eficácia da vacina de 83,7% contra a doença do trato respiratório inferior por VSR, definida por 2 ou mais sintomas, e 82,4% com 3 ou mais sintomas em adultos mais velhos. O mRNA-1345 foi geralmente bem tolerado, sem problemas de segurança identificados pelo Conselho de Monitoramento de Segurança de Dados (DSMB). Com base nesses resultados, a Moderna espera enviar um Pedido de Licença Bio-

lógica (BLA) para o mRNA-1345 ao FDA no primeiro semestre de 2023. O estudo pediátrico da Fase 1 do mRNA-1345 está totalmente inscrito.

O principal estudo de Fase 3 da vacina CMV (mRNA-1647), conhecido como CMVictory, está em andamento, com mais de 40% de inscrições concluídas. O ensaio clínico de adolescentes mRNA-1647 do candidato à vacina CMV dosou seus primeiros participantes.

VACA LOUCA



Fávaro: "o governo do Brasil preza muito pelo respeito aos países parceiros"

Embaixador elogia o cumprimento rápido do protocolo sanitário no País

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, conversaram na quinta-feira, 23, sobre os protocolos adotados pelo País em relação a identificação de um caso isolado de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), doença popularmente conhecida como "mal da vaca louca", no Pará. A informação foi divulgada pelo Ministério da Agricultura em nota.

Segundo a pasta, o embaixador chinês destacou que "aprecia o fato de o Brasil ter cumprido prontamente o protocolo sanitário" assinado com o país, que prevê a suspensão imediata e temporária das exportações de carne bovina brasileira à China.

Zhu reforçou também, segundo o ministério, a inten-

ção de promover a cooperação agrícola entre os países, já que a carne bovina brasileira é a principal origem do produto para atender os consumidores chineses.

Ao embaixador chinês, Fávaro disse que o Brasil seguirá cumprindo os protocolos relacionados à apuração do caso com transparência. "O governo do Brasil preza muito pelo respeito aos países parceiros. Queremos continuar garantindo o suprimento de produtos de alta qualidade e sabermos das nossas obrigações e deveres, fazendo isso com total transparência, determinação e agilidade", explicou o ministro.

A doença foi confirmada na quarta-feira, 22, em um animal de nove anos, criado a pasto, em

uma pequena propriedade do Pará. De acordo com o governo do Pará e com o ministério, as características indicam que se trata de um caso atípico, ou seja, que surge de forma espontânea no organismo do animal, sem risco de disseminação no rebanho nem ao ser humano.

O resultado do teste foi encaminhado para análise do laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), em Alberta, no Canadá, onde será identificada a tipificação da doença.

A Minerva Foods, líder na exportação de carne bovina na América do Sul, diz que continuará atendendo a demanda chinesa pela proteína por meio das suas quatro subsidiárias, com 4 plantas no Uruguai e 1 na Argen-

tina. "Sem comprometer o nosso share de mercado e o relacionamento com nossos clientes", afirma.

A empresa lembra que, desde 2015, a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) excluiu a ocorrência de casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) atípica para efeitos do reconhecimento do status oficial de risco do País, sendo que a doença pode ocorrer de forma espontânea e esporádica em todas as populações de bovinos do mundo.

"A Minerva acredita que, tal qual em períodos anteriores, a suspensão das exportações brasileiras é temporária e deverá ser retomada em um curto espaço de tempo", avalia a companhia.

PELO MUNDO

MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS PARA EXECUÇÃO

por
Suellen Scariz



Advogada no Brasil e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, exerce funções na Câmara Municipal de Portugal

O ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, criado em 2015, em vigor desde 2016, aumentou significativamente o poder geral de cautela dos juízes/desembargadores ao incluir medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias que sejam necessárias para assegurar o cumprimento da decisão judicial, dentre as medidas a serem tomadas na direção do processo.

DENTRE AS QUAIS, MEDIDAS atípicas de meios executivos, ou seja, determinações que não estão expressamente previstas em lei com a finalidade de alcançar o objetivo do processo, o cumprimento da sentença/efetivação da execução.

TAL PREVISÃO ENCONTRA espaço

no artigo 139 do Código de Processo Civil (CPC), e também mostra aplicação adequada no âmbito dos processos na Justiça do Trabalho.

ALÉM DISSO, PARA A SATISFAÇÃO da obrigação, o CPC consagra rol de medidas executivas típicas a serem adotadas, a depender do caso e da espécie obrigacional a ser satisfeita, como exemplo o arresto, sequestro, astreintes e a busca e apreensão.

A SUSPENSÃO OU APREENSÃO de passaporte e habilitação para dirigir, e ainda as ordens de bloqueio de cartões de crédito e proibição de emissão de novos cartões estão dentre as medidas mais utilizadas na prática e formam os anteceden-

tes judiciais na matéria.

DADO O GRAU DE ABERTURA da legislação, a jurisprudência passou a estabelecer limites e requisitos a serem observados na adoção de meios de execução indireta, sendo exemplos a prévia intimação do devedor para pagamento, seguida do esgotamento no uso dos meios típicos oferecidos pela legislação. Devendo ser avaliadas as circunstâncias dos casos de contratos, e ainda, que estejam presentes indícios de que o devedor possui bens ou condições de saldar a prestação devida.

DIANTE DO POSSÍVEL CONFLITO com direitos fundamentais, em especial o de liberdade de loco-

ção decorrente da apreensão de CNH ou passaporte, o art. 139, IV, do CPC foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

CONTUDO, O STF CONSIDEROU constitucional o artigo e as medidas citadas, desde que não envolvam invasão a direitos fundamentais e sejam pautadas nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

PORTANTO, À LUZ DA legislação brasileira e da tese fixada pelo STF, estão corretas as medidas adotadas pelo magistrado de bloqueio de cartões de crédito e vedação à concessão de novos cartões, quando restarem frustradas as medidas ordinárias para quitação da dívida trabalhista.

MAIS SANÇÕES

G-7 aumenta o apoio econômico da Ucrânia para US\$ 39 bilhões

O grupo reafirmou que continuará a trabalhar para aplicar sanções à Rússia e prometeu fazer cumprir os limites de preço do petróleo russo e derivados

O Grupo dos Sete (G-7), em comunicado, afirmou que, em 2023, aumentou o compromisso de orçamento e apoio econômico à Ucrânia para 39 bilhões de dólares americanos. “Esses compromissos significativos e seu desembolso rápido dão segurança à Ucrânia e permitem que as autoridades protejam o funcionamento do governo, continuem a prestação de serviços básicos, realizem os reparos mais críticos das infraestruturas danificadas e estabilizem a economia”, destaca o texto.

O grupo reafirmou que continuará a trabalhar para aplicar sanções à Rússia, diante do apoio “inabalável” à Ucrânia. Além disso, o documento traz que o G-7 vai continuar a trabalhar para fazer cumprir os limites de preço do petróleo russo e derivados e impedir tentativas de burlar a medida.

“Já estamos progredindo nos objetivos da política de teto de preço para evitar que a Rússia lucre com sua guerra de agressão contra a Ucrânia, ao mesmo tempo em que apoiamos a estabilidade nos mercados globais de energia e limitamos os efeitos econômicos negativos da guerra, especialmente em países de baixa e média renda países. A lacuna orçamentária mensal da Rússia atingiu recordes, o que restringirá significativamente sua capacidade de financiar sua guerra ilegal”, diz o texto.

O G-7 também destacou que rejeita a falsa narrativa da Rússia sobre os efeitos colaterais das sanções sobre a segurança alimentar e energética. “Reafirmamos que nossas medidas de sanção contra a Rússia não visam contribuir para a insegurança energética e alimentar, embora essas medidas sejam



Janet Yellen disse que os Estados Unidos querem sanções mais fortes e impostas de modo mais eficaz contra a Rússia, além de apoio adicional para a Ucrânia

adaptadas para reduzir a capacidade da Rússia de obter lucros inesperados com as mudanças nos preços globais do petróleo”, defende.

Por fim, o comunicado traz que deve o grupo permanecer atento a riscos negativos, incluindo pressões inflacionárias, ameaças à estabilidade financeira, bem como saídas de capital, especialmente em países em desenvolvimento.

A secretária de Tesouro americana, Janet Yellen, disse que os Estados Unidos querem sanções mais fortes e impostas de modo mais eficaz contra a Rússia, além de apoio adicional para a Ucrânia. Falando na véspera do aniversário de um ano da invasão russa na Ucrânia, ela considerou que as sanções contra Moscou funcionavam, porém acrescen-

tou que mais precisa ser feito para atrapalhar o esforço de guerra russo, enquanto se apoia a Ucrânia.

“Nós buscamos fortalecer as sanções e garantir que respondamos a violações das sanções”, disse Yellen. Segundo a secretária, os russos buscavam alternativas para repor partes e equipamentos e reparar armas danificadas no conflito. A repórter, ela disse que há um foco em respeitar o cumprimento das sanções existentes “e talvez com respeito a mais sanções”.

Yellen ainda espera mais US\$ 10 bilhões em assistência à Ucrânia, além dos mais de US\$ 46 bilhões já enviados. O papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) nesses esforços é “crucial”, comentou. A secretária americana disse espe-

rar uma forte condenação da guerra e seu impacto na economia global no encontro do G-20, mas o tema ainda estava em discussão.

O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês) divulgou na quinta-feira também um plano detalhado com as ações prioritárias para melhorar pagamentos transfronteiriços. De acordo com a instituição, o relatório foi entregue para Ministros da Finanças e dirigentes de Bancos Centrais do G-20, durante reunião na Índia.

O documento define um cronograma para atingir metas quantitativas até 2027, fornecendo “responsabilidade e ambição” aos países envolvidos. Entre as ações definidas, estão: efetivar a interoperabilidade e exten-

são de sistemas de pagamento; finalizar ferramentas jurídicas, regulatórias e de supervisão; e definir padrões de mensagem e intercâmbio de dados transfronteiriços.

Segundo o comitê, iniciativas que não constam no plano de ação serão pausadas em 2023 e retomadas somente quando relevantes, ou caso lideradas por instituições não especificadas no documento.

Além do FSB, o FMI e Banco Mundial devem integrar os esforços para melhorar o sistema de pagamentos internacional, oferecendo assistência técnica para países fora da jurisdição do G-20. O projeto visa conseguir pagamentos transfronteiriços mais baratos, mais rápidos, mais transparentes e mais acessíveis.

RESISTÊNCIA

Bombardeio em Gaza marca o primeiro dia após ação de Israel

Israel e grupos armados palestinos trocaram disparos de foguetes e mísseis na Faixa de Gaza na quinta-feira, 23, um dia depois que uma operação israelense na Cisjordânia deixou 11 mortos e mais de 80 feridos no ataque mais letal do exército desde 2005.

Os lançamentos de mísseis da Faixa de Gaza foram reivindicados pelo grupo palestino Jihad Islâmica, que pediu às “forças de resistência” que respondessem “sem hesitação” ao “maior crime cometido pelo exército israelense em Nablus”. Israel respondeu com bombardeios aéreos contra o território, sob o controle do movimento islâmico Hamas desde 2007.

O exército de Israel afirmou ter interceptado cinco foguetes com a ajuda de seu sistema de defesa antiaérea. Em seguida, realizou ataques aéreos contra vários alvos em Gaza, incluindo uma instalação do Hamas. O complexo alvo do bombardeio, que também serviu de armazém de armas navais, situa-se junto a uma mesquita, um centro médico, uma escola, um hotel e uma esquadra da polícia, segundo informou a mesma fonte.

Esses bombardeios, que segundo as autoridades isra-



Os moradores ouviram o apito de uma saraivada de foguetes, disparados em retaliação pela morte de 11 palestinos

elenses “danificaram significativamente as capacidades” do Hamas, foram realizados em resposta aos seis foguetes disparados horas antes do enclave e que soaram os alarmes antiaéreos nas cidades israelenses de Ashkelon, Sderot e a área ao redor de Gaza.

Pouco antes do amanhecer, os moradores ouviram o apito de uma saraivada de foguetes, aparentemente disparados em retaliação pela morte de 11 palestinos por fogo israelense um dia antes. Até agora, nenhuma vítima foi relatada em nenhum dos lados.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, lamentou que a situação “no território palestino ocupado seja” a mais explosiva em anos. A União Europeia pediu “todas as partes (para agir) para um retorno à calma e uma diminuição da tensão.” A Jordânia disse que vai trabalhar “intensivamente com todas as partes” para acabar com a escalada de violência.

Uma operação militar na cidade de Nablus, um dos núcleos da resistência armada palestina no norte da Cisjordânia, deixou 11 palestinos mor-

tos na quarta-feira, incluindo um menor, e outros cem feridos por tiros do Exército israelense. Esse foi considerado um dos dias mais letais de violência na área nos últimos anos. De acordo com as forças israelenses, a operação pretendia “prender suspeitos envolvidos em ataques” contra israelenses, que também planejavam novos ataques.

O exército israelense afirmou ter implementado uma “operação antiterrorista” na zona autônoma palestina durante a qual “três suspeitos procurados envolvidos em ataques arma-

dos e planejando ataques para o futuro imediato foram neutralizados”.

As tropas israelenses mataram os três palestinos que procuravam: Hossam Aslim, Muhammad Fatah e Walid Dahil. Entre os mortos da operação, que provocou violentos distúrbios e tiros no centro de Nablus, estão seis militantes ligados a grupos armados locais, além de civis.

Na tarde de quarta-feira em Nablus, uma multidão, incluindo homens armados, compareceu aos funerais de nove das vítimas da operação israelense. Um décimo morto foi enterrado no campo de refugiados palestinos de Balata, nas proximidades. A última vítima, de 66 anos, morreu durante a noite por inalação de gás lacrimogêneo, segundo o Ministério da Saúde palestino.

Durante a operação, que durou quase quatro horas, pedras e artefatos explosivos foram atirados contra os soldados, informou o exército, especificando que nenhum deles ficou ferido. Pelo menos 82 pessoas foram hospitalizadas com ferimentos de bala, algumas em estado grave, disse o ministério palestino.

Mohamed Shtayeh, primeiro-ministro da Autoridade Palestina, qualificou o ataque como “terrorismo organizado” e afirmou que Israel busca transferir sua crise política interna para o conflito com os palestinos. Esses ataques se tornaram quase diários desde o final de março do ano passado, quando Israel lançou a chamada operação “Breaking the Wave”.

FINANCIAMENTOS

Países podem economizar US\$ 148 bi com endividamento

As economias em desenvolvimento podem garantir até US\$ 148 bilhões em economias se a comunidade internacional reestruturar a dívida existente e expandir o acesso a financiamentos acessíveis.

Em um documento publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pnud, este saldo seria possível com o corte de 30% no estoque da dívida externa pública em 2021.

O relatório foi divulgado às vésperas da Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20 em Bangalore, Índia, que começa nesta sexta-feira. O grupo, que inclui o Brasil, reúne as 20 maiores economias do globo.

A avaliação do Pnud identificou 52 economias em desenvolvimento de baixa e média rendas que estão em superendividamento ou em alto risco. Coletivamente, elas representam mais de 40% das pessoas mais pobres do mundo.

O Pnud pediu ação para proteger as nações em desenvolvimento do impacto das crises atuais, ao mesmo tempo em que garante que o financiamento esteja alinhado para apoiar uma transição global justa, inclusiva e equitativa.

O chefe do Pnud, Achim Steiner, afirmou que as diretrizes para transformar o sistema financeiro global já estão sendo discutidas no grupo dos 20 países mais ricos do mundo. Ele explica que as ações preveem a reforma do banco de desenvolvimento multilateral, reestruturação da dívida e injeções de liquidez.

No entanto, Steiner alerta que com o aumento do enfraquecimento de relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, é necessário passar de palavras para ação.

O Pnud revela que 25 economias em desenvolvimento atualmente têm pagamentos do serviço da dívida externa superiores a 20% da receita total, o maior número de países em mais de duas décadas. Isso afeta os gastos com serviços essenciais, incluindo medidas para se adaptar e responder às mudanças climáticas.

Para Steiner, as nações com maiores fardos por dívidas e falta de acesso a financiamento também estão sendo atingidas por várias outras crises, sendo as mais afetadas pelo impacto econômico do Covid-19, pela pobreza e pela aceleração da emergência climática.

Para ele, é necessário abordar o abismo, cada vez maior, entre ricos e pobres, mudar o cenário multilateral e criar uma arquitetura de dívida adequada ao mundo complexo, interconectado e de recuperação após a crise de saúde.

O relatório revelou como espaço fiscal pode ser liberado expandindo o acesso a custos mais baixos e financiamento de longo prazo, duas das áreas de foco incluídas no Plano de Estímulo do secretário-geral da ONU para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, lançado semana passada.

Os 17 ODS fornecem um plano para um futuro mais justo, equitativo e “verde” e têm prazo até 2030.

O economista-chefe do Pnud, George Gray Molina, argumentou que as economias em desenvolvimento não podem financiar o progresso dos ODS e compromissos climáticos se estiverem tomando empréstimos de até 14% e, ao mesmo tempo, pagando mais de 20% da receita para o serviço da dívida.

Ele explica que os bilhões poupados e indicados no estudo só podem ser acessados se houver consenso de que é hora de reduzir o risco de desenvolvimento e financiamento climático.

DISPUTA INTERNA

União Brasil reforça independência e negocia aliança com partido de Lira

A participação do União Brasil no governo desencadeou uma crise que ameaça interditar, na prática, o apoio da bancada à agenda parlamentar do Executivo

Nascido da fusão entre o DEM e o PSL, o União Brasil conquistou três ministérios no novo governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas resiste a integrar oficialmente a base aliada no Congresso. Ao mesmo tempo que enfrenta fortes disputas internas, o partido negocia uma federação com o Avante e o PP, sigla do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL). Se a articulação for concretizada, a legenda ampliará significativamente sua influência no Legislativo, cuja "independência" projeta mais dificuldades para a governabilidade do Palácio do Planalto.

Na Câmara, o União Brasil é dono da terceira maior bancada, com 59 deputados. O partido negociava uma fusão com as outras siglas, mas uma dúvida jurídica freou as conversas. A interpretação é de que a legislação eleitoral só permite uma nova união após cinco anos do registro do partido - o União Brasil foi criado em fevereiro de 2022. Eventual federação com o PP e o Avante, contudo, poderá resultar numa representação com 115 deputados. Atualmente, o PL detém a maior bancada da Casa, com 99 parlamentares.

Além de contrariar interesses do PT, a participação do União Brasil no governo Lula desencadeou uma crise interna que ameaça interditar, na prática, o apoio da bancada à agenda parlamentar do Executivo. A indicação dos ministros gerou divergência em parte da cúpula da legenda. São da cota do partido os titulares das Comunicações, Juscelino Filho; do Turismo, Daniela Carneiro, mais conhecida como Daniela do Waguiho; e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. Este último, apesar de não ser filiado ao União, foi indicado por um dos principais líderes da sigla, o senador Davi Alcolumbre (AP).

O cenário conflagrado no União Brasil já preocupa a articulação política de Lula no Con-



José Agripino disse que Bivar negociou com o Planalto sem aprovação de ACM Neto, que submergiu após ser derrotado na disputa ao governo baiano

gresso. O receio imediato é em relação à margem de apoio para a aprovação de pautas como a criação de nova âncora fiscal, a reforma tributária e a proposta de emenda à Constituição (PEC) de deputados do PT que reformula o artigo 142 da Constituição. O dispositivo trata do papel das Forças Armadas, mas a interpretação é distorcida por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para justificar uma intervenção militar no País.

Esses três temas são considerados pelo Planalto como a prova de fogo da governabilidade neste início de mandato. Na prática, as negociações entre a cúpula do União Brasil e o governo federal escancararam a divisão interna entre os grupos oriundos do DEM - um desdobramento do antigo PFL e com perfil mais ideológico à direita - e do PSL - agremiação com viés pragmático que se agigantou após acolher o clã Bolsonaro com "porteira fechada" nas eleições de 2018.

Um bloco de deputados influentes da legenda se rebelou contra o presidente do partido, Luciano Bivar, acusado de negociar cargos no governo sem

o aval do conjunto de parlamentares. "Não há sintonia entre o que foi negociado na cúpula e o sentimento da bancada. Não creio que o Lula possa contar com os votos do União Brasil na Câmara", disse o deputado Mendonça Filho (PE).

O DEM/PFL se manteve na oposição durante todos os governos petistas. Parlamentares e líderes do antigo partido reclamam que Bivar se uniu a Alcolumbre para negociar os cargos com Lula à revelia da bancada. Eles pressionam o secretário-geral do União Brasil, ACM Neto, que está em viagem ao exterior, a retornar e assumir postura combativa contra o que chamam de "adesismo" da sigla.

Segundo o ex-senador José Agripino, vice-presidente do União Brasil, Bivar negociou com o Planalto sem aprovação de ACM Neto, que submergiu após ser derrotado na disputa ao governo baiano. "A maioria do União Brasil é centrista e não vai fazer parte de forma aderente ao governo. A participação nos três ministérios não determina que o partido esteja na base do Lula", disse Agripino.

Procurado, Bivar não se

manifestou. Em declaração ao jornal O Globo na semana passada, o dirigente pressionou o governo a ceder mais espaço para a legenda. "O PT é feito por pessoas inteligentes, que sabem que para fazer política é necessário ter espaço. Quanto mais espaços, mais apoios poderemos garantir", afirmou.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reagiu cobrando "entre 80% e 90%" dos votos do União Brasil. A falta de entrega é o argumento do PT para reivindicar o espaço dado à legenda na Esplanada. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, pressiona o governo para desalojar o partido. Em entrevista à Folha de S.Paulo, ela defendeu um "freio de arrumação" na relação do governo com o União Brasil. Para Gleisi, apesar de contemplada com três pastas, a legenda "não está fazendo entregas".

A frase de Bivar foi questionada no próprio partido. "Essa declaração caracteriza um fisiologismo progressivo. É muito duro para nós, que amargamos 13 anos de oposição ao PT, ouvir essa tese", disse Mendonça Filho. Na avaliação do deputado, o pro-

jeito de fusão corre risco diante do impasse. "No meio de uma guerra interna como essa, como vamos nos juntar em uma federação se nem digerimos ainda a fusão com o PSL?"

A escalada da crise no União Brasil deve avançar na reunião da bancada prevista para os próximos dias, quando um manifesto articulado pelo deputado Danilo Forte (CE) será divulgado. O documento defende a independência da sigla.

"Nós, deputados e senadores do União Brasil, não podemos nos relegar à placidez diante deste cenário. É preciso compromisso e serenidade para fazer política não pelo caminho da submissão, mas pelo caminho da construção com as diversas correntes políticas deste país", diz o texto. "Cientes da responsabilidade e da sensibilidade do momento atual, reafirmamos que teremos uma postura de independência em relação ao atual Executivo federal. É necessário sermos respeitosos nas divergências, responsáveis na oposição e, sobretudo, críticos enquanto favoráveis ao governo", conclui o documento.

REVISÃO DE DADOS

Trabalhadores poderão receber o PIS/Pasep relativo à 2021

Novo processamento do abono salarial pela Dataprev, empresa de tecnologia e informações da Previdência Social, possibilitará que mais de 2,7 milhões de trabalhadores ainda possam ter direito ao benefício do PIS/Pasep, relativo ao ano-base de 2021.

A consulta dos novos resultados estará disponível a partir de 5 de abril. Os pagamentos ocorrerão entre os meses de abril e julho, conforme calendário disponível no seguinte endereço na internet:

<https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Resolucao-no-968-de-15-de-dezembro-de-2022-Abono-Salarial-2023.pdf>

O valor do abono varia de R\$ 108,50 a R\$ 1.302 de acordo com a quantidade de meses trabalhados em 2021.

Os trabalhadores que receberem em fevereiro ou março, impactados pelo reprocessamento, terão o abono disponibilizado a partir de 17 de abril.

Em 2023, o benefício relativo a 2021 começou a ser pago em 15 de fevereiro. Ao todo, 22,9 milhões de trabalhadores têm direito a recebê-lo. O total pago pelo governo será de R\$ 22 bilhões.

A revisão levou em conta trabalhadores que foram impactados por divergência de dados, como mais de uma inscrição no PIS/Pasep declarada pelos empregadores.

O Ministério do Trabalho e da Previdência explica que, quando as informações chegam a partir de fontes diferentes, os dados podem ficar divergentes e causar impedimento no recebimento do benefício.

"O sistema então, por padrão, identifica uma correlação entre esses dados e aponta a divergência para análise, uma vez que isso impacta diretamente no reconhecimento do direito ou no valor a ser recebido pelo trabalhador", coloca a pasta.

Além dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) enviados pelas empresas, as declarações do eSocial também passaram a ser utilizadas para concessão do abono salarial desde o ano passado.

A mudança automatizou a identificação de divergências na Receita Federal, que é agora analisada por novo processamento, sem a necessidade de correção dos dados pelo empregador ou trabalhador.

O recurso pode ser solicitado pelo trabalhador a partir de 5 de abril nos canais de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego, nas unidades das Superintendências Regionais do Trabalho ou pelo e-mail: trabalho.uf@economia.gov.br (substituindo os dígitos "uf" pela sigla do Estado de domicílio do trabalhador).

Tem direito ao abono salarial o trabalhador que atende aos seguintes critérios de habilitação: está cadastrado no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos, contados da data do primeiro vínculo; recebeu de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado; exerceu atividade remunerada, durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base considerado para apuração e teve seus dados do ano-base 2021 informados pelo empregador corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ou no eSocial.

A consulta pode ser feita pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital atualizado. Depois, é preciso acessar a aba "Benefícios" e "Abono Salarial" para verificar o valor, dia e banco de recebimento.

GENOCÍDIO

MPF-DF abre inquéritos para investigar a gestão Bolsonaro na proteção de indígenas

A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu dois inquéritos civis ligados à proteção de indígenas durante o governo Jair Bolsonaro. A gestão do ex-chefe do Executivo já está na mira de investigações do Ministério Público Federal em Roraima sobre suposta desassistência aos povos originários, em especial os Yanomami. Também é alvo de investigação sobre suposto genocídio, omissão de socorro e crimes ambientais.

As novas apurações foram oficialmente abertas pelo Ministério Público Federal com base em procedimentos preparatórios que já tramitavam na Procuradoria. As portarias de instauração dos inquéritos foram assinadas no último dia 13.

Um deles vai se debruçar sobre possível prática de improbidade administrativa na gestão da Fundação Nacional do Índio (Funai). O outro trata de suposta irregularidade no uso, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,

de somente 44% do orçamento previsto para 2020, impactando programas vinculados às políticas de proteção das populações indígenas e quilombolas.

Na avaliação da procuradora Luciana Loureiro Oliveira ainda havia necessidade de realização de diligências para que o MPF decidisse quais medidas deveriam ser adotadas nos casos. Para ela, não cabe o arquivamento das apurações preliminares.

O governo Bolsonaro já é alvo de outras investigações envolvendo a proteção de povos indígenas. No final de janeiro, a Procuradoria da República em Roraima abriu um inquérito civil para apurar como 'ações e omissões' de agentes públicos contribuíram para a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami.

Segundo o Ministério Público Federal, no âmbito de outras investigações em curso, já há vasto acervo de evidências para a imediata responsabilização do Estado pela crise que assola a comunidade indígena.



A repercussão sobre a tragédia em Roraima levou o Senado a instituir uma comissão para acompanhar a situação

Por ordem do ministro Luís Roberto Barroso, a tragédia na terra indígena também é investigada pela Polícia Federal, que mira 'altas autoridades federais' do governo passado por suposto crime de genocídio de povos indígenas, assim como delitos ambientais relacionados à vida, à saúde e à segurança de tais comunidades.

A repercussão sobre a tragédia em Roraima levou o Senado

a instituir uma Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos indígenas no local, assim como a saída de garimpeiros da Terra Yanomami. No entanto, uma visita do presidente do grupo à comunidade no último dia 20 chamou atenção do Ministério Público Federal.

Na terça-feira, 21, a Procuradoria da República em Roraima oficiou o senador Chico Rodri-

gues, presidente da Comissão, solicitando informações sobre sua visita.

A Procuradoria quer identificar os objetivos e atividades do grupo na Terra Indígena, 'na perspectiva da defesa dos povos que habitam' o local. Chico Rodrigues tem dez dias para responder o documento, que também foi remetido à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

ENTREVISTA **GABRIEL GALÍPOLO, Secretário executivo do Ministério da Fazenda**

Governo vai evitar crise no crédito

Número 2 do Ministério da Fazenda, o secretário executivo Gabriel Galípolo afirma que a equipe econômica vai atuar para tentar evitar uma crise de crédito no País e dinamizar a economia para garantir o crescimento. A possibilidade de uma forte desaceleração do mercado de crédito num cenário de juros altos entrou no radar e ameaça o crescimento da economia brasileira em 2023.

A crise das Lojas Americanas e a sinalização dos bancos de colocar um pé no freio na oferta de crédito reforçaram a preocupação dos empresários e dos agentes do mercado financeiro.

O secretário acenou que o governo pode lançar mão de medidas compensatórias que garantam liquidez às empresas caso seja necessário. "O governo e a equipe econômica estão totalmente focados em evitar uma crise de crédito no País", disse. Segundo ele, o ministério tem monitorado diariamente o quadro junto ao setor empresarial e financeiro para se antecipar. Galípolo adiantou que dados da arrecadação da Receita Federal parciais de fevereiro são muito positivos e mostram recuperação da receita previdenciária com reação positiva da atividade.

O foco agora será o programa de renegociação de dívidas para pessoa física, o Desenrola. Galípolo antecipa que a medida também vai atender devedores com renda superior a dois salários mínimos. Hoje, o País tem 70 milhões negativos, o que ele avaliou como "uma situação muito grave" e que "demanda uma ação rápida".

Os anúncios nos últimos dias, de reajuste do salário mínimo, correção da tabela do Imposto de Renda e o novo Minha Casa Minha Vida fazem parte dessa estratégia de combater a piora do crédito e evitar uma recessão econômica.

Galípolo afirmou que o debate sobre o novo arcabouço fiscal está maduro e terá um componente que oferecerá previsibilidade para a evolução das despesas do governo, além de uma regra de controle de gastos.

Em meio às críticas do governo ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, Galípolo disse conversar com ele "quase diariamente" e ter a missão de fazê-lo "ser criticado por grupos bolsonaristas por estar excessivamente próximo à equipe econômica do PT". A seguir, os principais trechos da entrevista.

Há uma grande ansiedade do mercado em relação à nova regra fiscal. Qual é o atual estágio?

Ele está bastante avançado, mas ainda aberto para receber contribuições. Queremos escutar o maior número de especialistas. É um debate que já tem um nível de maturidade muito grande, seja por causa da literatura internacional e nacional existente, seja porque vem sendo debatido há muito tempo. O ministro (Fernando Haddad) prometeu antecipar para março a apresentação do projeto justamente porque está maduro.

Como vai funcionar?

Vamos ter um componente que permite, simultaneamente, ser anticíclico e oferecer previsibilidade sobre a

evolução das despesas. Que possa de alguma maneira fornecer um indicativo correto do ponto de vista das expectativas dos agentes econômicos sobre o comportamento e a evolução das despesas e os desdobramentos sobre as demais variáveis, como PIB e relação entre dívida pública e PIB.

Haverá uma regra de controle de gastos?

O ministro tem sinalizado uma preferência para que exista também no arcabouço uma regra de controle de gastos. O teto (de gastos) tinha uma ideia de que você tinha só uma recomposição da inflação. Eu acho que o ministro está cortejando as necessidades demográficas e sociais do País com a necessidade econômica de oferecer expecta-



Fabio Rodrigues-Pozzobom - Agência Brasil

Galípolo: "vão ser atendidas diversas faixas com níveis de esforço fiscal distintos em termos de garantia"

tivas benéficas e um componente anticíclico.

Como os anúncios de correção da tabela do Imposto de Renda, o reajuste do salário mínimo e o Desenrola se encaixam na agenda do ministério?

A gente tem uma situação bastante complexa na pessoa física. Praticamente 40% da população economicamente ativa está negativada do ponto

de vista de crédito. É uma situação muito grave e preocupante. E praticamente metade dessas negativas ocorreu nos últimos 12 meses, o que demonstra que essa deterioração vem ocorrendo de maneira bem acelerada, o que demanda uma ação rápida por parte do governo.

O público do Desenrola é quem ganha até dois salários mínimos?

Na verdade, não. A gente tem faixas de atendimento. Vão ser atendidas diversas faixas com níveis de esforço fiscal distintos em termos de garantia ou qualquer outro tipo de estímulo. O governo está acompanhando, monitorando e formulando para garantir que qualquer tipo de restrição que possa ocorrer não vá produzir uma retração da economia. O governo e a equipe econômica estão

totalmente focados em evitar uma crise de crédito no País. Todos esses programas estão envolvidos com isso: Desenrola, Minha Casa, Minha Vida, novo Bolsa Família, Imposto de Renda, salário mínimo... todos eles são rios que correm para o mesmo mar.

A desaceleração de crédito tem preocupado o mercado. Há risco de sequência de falência das empresas?

A gente tem feito esse acompanhamento muito próximo, dialogando com todos os interlocutores possíveis, que envolvem desde o setor de empresas até o setor financeiro e a autoridade monetária (Banco Central). Quase diariamente eu tenho esse diálogo com eles para acompanhar isso e, simultaneamente, tentando estar preparado com políticas compensatórias. O programa Desenrola está saindo na frente porque não só o governo, mas a Febraban sinaliza hoje que a maior preocupação é com pessoa física. Isso não quer dizer que nós não estejamos acompanhando também a situação de pessoa jurídica e pensando em programas e políticas adequadas.

O sr. tem uma relação próxima com o presidente do BC. Como é esse diálogo?

Eu falo com ele quase diariamente. Estou com uma missão corporativa de, até o fim do ano, ele ser criticado por todos os grupos bolsonaristas por estar excessivamente próximo à equipe econômica do PT. Temos muito diálogo com ele.

Mas o fogo cruzado entre governo e BC não atrapalha?

Isso é democracia. O presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) tem 60 milhões de votos. Ele tem autoridade para falar e conhece muito. Os debates vão ocorrer. Eu acho que ninguém quer juros de 13,75%. O que o Ministério da Fazenda vem fazendo é construir as condições para que o juro seja mais barato - a taxa que chega para a população, para as empresas, na ponta. E que isso esteja alinhado com um projeto sustentado em desenvolvimento econômico, social e ambiental.

RADARES

Tarcísio promete instalar sirenes em pontos críticos

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse, na quinta-feira, 23, que o sistema de alertas por mensagem de celular não foi efetivo para reduzir a tragédia em São Sebastião, no litoral norte do Estado. Segundo ele, foram disparados 2,6 milhões de avisos antes da chuva, mas não resultaram na evacuação de pontos críticos e em outras ações preventivas. Tarcísio afirmou que vai investir em novas tecnologias para aprimorar o sistema e na instalação de sirenes em pontos críticos.

A avaliação foi feita durante entrevista coletiva, em São Sebastião, cidade mais atingida pela catástrofe, para a qual Tarcísio deslocou seu gabinete. Ele disse que, por lei federal, as empresas de telefonia são obrigadas a fornecer o alerta, mas a lei não estabelece as formas. "Aqui no litoral mais de 30 mil pessoas receberam o SMS de alerta e vimos que eventualmente não teve maior efetividade. Então precisamos de uma maneira

mais efetiva", disse.

Apenas os quatro municípios do litoral norte somam 355 mil habitantes e, em razão do carnaval, receberam milhares de turistas. Cerca de 34 mil pessoas cadastradas na plataforma estadual da Defesa Civil receberam os alertas que falavam sobre "chuvas fortes e persistentes" pedindo a atenção para alagamentos e possíveis quedas de muros, sem mencionar os deslizamentos. Algumas mensagens chegaram na noite de sábado quando, devido às chuvas, algumas áreas já estavam sem sinal de celular e internet.

O governador quer propor uma parceria com as empresas de telefonia móvel, com o aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para melhorar o sistema. "A ideia é que a gente utilize um sistema de broadcast, vamos ver como isso pode ser operacionalizado. Além disso, vamos instalar os sistemas de sirenes que já existem em alguns outros Estados."

Ele também pretende substituir os radares meteorológicos atuais, muito antigos, por modelos mais tecnológicos. "De maneira geral, os radares são colocados no planalto e têm alguma dificuldade de observar ou prever alguns fenômenos extremos, como situações de baixa pressão. Então a ideia é posicionar mais radares no litoral."

O governador disse que a experiência adquirida pelos profissionais que atuam na tragédia de São Sebastião pode ajudar a criar um padrão de resposta para desastres. "Disparou a sirene, a pessoa já tem que saber para onde ir, tem de saber qual é o ponto de apoio, ter confiança de que o suprimento vai chegar, que o patrimônio dele vai estar protegido."

Tarcísio prometeu ainda incluir uma disciplina nas escolas relacionada à Defesa Civil, pois, segundo ele, muitos alunos moram em áreas de risco. "Vamos trazer isso para as salas de aulas", afirmou.

COMOÇÃO

Base de Lula e oposição repudiam chacina no MT

A chacina em Sinop (MT), que matou sete pessoas, dentre elas uma menina de 12 anos, na terça-feira, 21, gerou comoção nas redes sociais e virou tema de debate entre políticos aliados e de oposição ao governo Lula. Enquanto os governistas destacaram o fato de que um dos responsáveis pela tragédia tem registro no Exército como Colecionador, Atirador Esportivo e Caçador (CAC) - grupo que cresceu estimulado por medidas armamentistas durante a gestão Bolsonaro -, a oposição defendeu principalmente a punição dos atiradores.

Os suspeitos dos crimes, Edgar Ricardo de Oliveira, de 30 anos, e Ezequias Souza Ribeiro, de 27, foram identificados por meio de imagens das câmeras de segurança do bar onde aconteceu o crime, motivado, segundo a polícia, pela derrota numa série de partidas de sinuca. Ribeiro foi morto em confronto com policiais na quarta-feira, 22. Oliveira segue foragido.

O ministro da Justiça e da

Segurança Pública, Flávio Dino, associou a tragédia a uma "irresponsável política armamentista que levou à proliferação de 'clubes de tiro', supostamente destinados a pessoas de bem".

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, prestou solidariedade às famílias das vítimas e afirmou que é de conhecimento "quem é o guru do ódio que estimulou a intolerância e o armamento da população".

O deputado federal e vice-líder do governo Lula no Congresso, Bohn Gass (PT-RS), classificou a chacina de Sinop como "uma sequência de horror e covardia": "Bandidos, frequentadores de clubes de tiro, matam, com tiros na cabeça, cada uma das vítimas desarmadas cujo 'crime' foi ter ganho deles no jogo".

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) também ressaltou o fato de que um dos atiradores tinha registro no Exército como Colecionador, Atirador Esportivo e Caçador (CAC). O ex-presidente do Novo, João Amoêdo, ressaltou

que a chacina é "exemplo da irresponsabilidade na definição de políticas públicas e do incentivo à cultura de ódio pelo ex-presidente".

Entre aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, o foco das manifestações foi a punição aos envolvidos. O ex-ministro da Justiça e atual senador Sérgio Moro (UB-PR) defendeu, na prática, prisão perpétua para os assassinos, pena inexistente no código penal brasileiro. "Os dois responsáveis pelos assassinatos covardes em Sinop/MT devem ser caçados, presos, condenados e abandonados na prisão pelo restante de suas vidas", disse.

A punição também foi defendida pelo senador Magno Malta (PL-ES). "Que esses desgraçados apodreçam na cadeia", disse. O deputado federal Sargentinho Fahur (PSD-PR) compartilhou uma reportagem sobre a morte de um dos homens apontados como autor da chacina em Sinop. "Que vá para o inferno esse covarde", disse o parlamentar.

OMISSÃO HISTÓRICA

São Sebastião acumula condenações na Justiça por não reduzir área de risco

O MP apura irregularidades decorrentes da ocupação desordenada e questiona a fiscalização da prefeitura há pelo menos 27 anos, quando os primeiros inquéritos civis foram abertos

A prefeitura de São Sebastião acumula, ao longo dos últimos três anos, 37 condenações judiciais para que regularize, leve serviços básicos e, assim, reduza riscos de áreas ocupadas nas proximidades de encostas da Serra do Mar. Grande parte dessas moradias está em regiões de risco, como a Vila Sahy, local com o maior número de vítimas dos deslizamentos provocados pelas fortes chuvas do fim de semana no litoral norte paulista. O temporal deixou pelo menos 48 mortos e centenas de desalojados.

Segundo a gestão municipal, ao menos 7,1 mil famílias vivem em imóveis que precisam de regularização. Isso representa cerca de 25% dos 31,1 mil domicílios da cidade, conforme dados de 2020 da Fundação Seade.

Nas sentenças obtidas pela reportagem, juízes concluem que houve omissão "histórica" das gestões municipais nas últimas décadas. As decisões apontam "descaso governamental com direitos básicos" e põem em dúvida queixas de São Sebastião sobre a falta de recursos para atender a população em áreas de risco.

Os magistrados cobram urgência da administração para regularizar essas áreas. Boa parte das decisões teve trânsito em julgado e está em fase de cumprimento imposto pela Justiça à prefeitura. "Está claro que os moradores dos assentamentos irregulares não vivem em boas condições. Habitam locais inadequados, sem mínima estrutura. Não são beneficiados com serviços públicos indispensáveis. Submetem-se a risco de enchentes e deslizamentos", aponta uma das decisões.

As condenações atendem a pedidos do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio



Ao menos 7,1 mil famílias vivem em imóveis que precisam de regularização, o que representa cerca de 25% dos 31,1 mil domicílios da cidade

Ambiente no Litoral Norte do Ministério Público de São Paulo em 43 ações movidas contra o município para regularizar 52 áreas com deficiências de infraestrutura e riscos à população. Das ações, só uma foi extinta sem julgamento de mérito e outras cinco ainda não foram julgadas. Nas ações, o MP sustenta que a prefeitura não tem "qualquer política efetiva, séria e comprometida com a regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente, seja da população de baixa renda ou não". E, relata que, após 20 anos do início das investigações, as metas da prefeitura "não encontram lastro na razoabilidade ou na realidade fática" de São Sebastião.

O MP apura irregularidades decorrentes da ocupação desor-

denada e questiona a fiscalização da prefeitura há pelo menos 27 anos, quando os primeiros inquéritos civis foram abertos. Em 2009, firmou termos de ajustamento de conduta (TACs) preliminares com a prefeitura, a fim de que se programasse financeiramente e iniciasse a regularização fundiária.

Quase dez anos depois, em 2018, a prefeitura, já sob a atual gestão, de Felipe Augusto (PSDB), editou programa de regularização fundiária no qual dizia que não houve, nos anos anteriores, ações nesse sentido. No documento, o município aponta "que as ocupações se proliferaram por falta de fiscalização", avançando sobre áreas públicas, privadas e de preservação, inclusive aquelas suscetíveis a escorrega-

mentos e inundações.

Na ocasião, a administração atual apontou falta de ação de gestões anteriores. Mas, depois, pouco avançou na regularização fundiária, levando o MP a ajuizar outras dezenas de ações. "Toda a programação orçamentária estava prevista no Termo de Ajuste Preliminar, a qual o município deveria cumprir, e não o fez", diz o MP em petição judicial de 2021. "O município não mostrou disposição política para cumprir deveres constitucionais de ordenar corretamente o desenvolvimento territorial urbano e garantir uma vida urbana sustentável aos seus habitantes."

Nas ações, o MP tem apontado que as áreas reúnem maioritariamente uma população

de baixa renda e alta vulnerabilidade social, em parte atraída pela demanda de mão de obra gerada pela exploração do pré-sal e valorização turística da região. Área mais afetada pelos deslizamentos do fim de semana, a Vila Sahy começou a se desenvolver no fim dos anos 1980, ocupada principalmente por migrantes nordestinos que vieram em busca de emprego.

Em petição de 2021, os promotores Alfredo Luis Portes e Tadeu Salgado Ivahy apontam que a área tem 11 hectares, com 648 imóveis e 779 famílias. Eles argumentam que a manutenção do núcleo nessa configuração "é uma verdadeira tragédia anunciada"

"A ausência de ação fiscalizatória do poder público municipal

e a total ineficiência das medidas adotadas dentro de seu poder de polícia permitiram a ocupação e a expansão desenfreada", destaca. Eles também argumentam que a prefeitura ofereceu apenas diagnóstico genérico, "omitindo-se em esboçar" cronograma que dê "real expectativa de regularização da ocupação desordenada, apresentando apenas previsões genéricas que arrastariam a irregularidade ao menos até 2025."

A ação do MP referente à Vila Sahy foi uma das que levaram à condenação do município. Datada de fevereiro de 2022, a sentença de primeira instância aponta "clara omissão do ente público" por não agir "para evitar o adensamento populacional" nem "solucionar as desconformidades" da área ocupada.

Questionada pela reportagem, a prefeitura de São Sebastião diz que está regularizando 44 das áreas apontadas nas ações judiciais, sem informar prazo para conclusão do processo. Disse ainda que finalizou, no ano passado, a regularização de outras três áreas. "Os 44 núcleos que estão em diferentes etapas do processo de regularização já recebem benefícios da administração municipal", disse, em nota.

A gestão não falou sobre a omissão e a demora na execução das regularizações apontadas pelo MP e pela Justiça. Em uma das respostas dadas ao Judiciário, a prefeitura argumenta que "medidas e prazos pedidos pelo MP são inexecutáveis" e "dificultam os trabalhos no sentido de que todos os núcleos devem ser regularizados simultaneamente nos mesmos prazos".

A prefeitura afirma ainda "que os recursos públicos são escassos, enquanto as necessidades sociais são ilimitadas", justificando que "cabe aos governantes eleger as prioridades" e "do Estado não se pode exigir tudo".

RESGATE

Navio Atlântico chega a São Sebastião para começar o atendimento médico

Maior navio da esquadra brasileira, o Atlântico atracou pouco antes do meio-dia de quinta-feira, 23, no porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. A previsão é de que ele comece a atender a população local em seu hospital de campanha no meio da tarde. Antes disso, caminhões, escavadeiras e demais equipamentos transportados pela Marinha para auxiliar no resgate de vítimas e desobstrução de vias na região seriam retirados da embarcação.

Pela manhã, o comando do navio se reuniu com os ministros Márcio França (Portos e Aeroportos) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) para alinhar a operação na região.

Na ocasião, o ministro Márcio França reiterou que as pessoas só devem se deslocar ao litoral norte de São Paulo "em caso de extrema necessidade". Segundo ele, apesar de trechos da rodovia Rio-Santos já terem sido desobstruídos, a medida ainda é emergencial.

O ministro declarou ainda que uma das principais metas



Caminhões, escavadeiras e demais equipamentos transportados pela Marinha para auxiliar no resgate de vítimas foram retirados da embarcação

do governo federal é retirar moradias das encostas da região. "Ainda é uma coisa de emergência. A gente não pode recomendar que os turistas voltem pra cá. Ainda há um perigo de chuva por aqui, vai chover no final de semana. O ideal é que as pessoas não venham para o litoral norte, a não ser por extrema

necessidade", afirmou.

O litoral teve 48 mortes por causa do temporal no feriado e ainda há desaparecidos.

Um sobrevoo pela região de São Sebastião estava previsto para acontecer à tarde. As seis aeronaves transportadas pelo Atlântico deverão atuar nas regiões de acesso mais difícil.

Com a chegada do navio, conforme a Marinha, "será possível criar uma estrutura que reforçará o atendimento médico aos desabrigados, de forma a desafogar os hospitais da área, que estão priorizando casos mais graves". "Ao todo, mais de mil militares da Marinha estarão envolvidos nas ações",

acrescentou

França chegou à embarcação de helicóptero, pouco depois das 8h da manhã, para conhecer a estrutura colocada à disposição pela Marinha para ajudar às vítimas das chuvas.

"Esse é um pronto-atendimento que está sendo feito por todas as Forças Armadas, em

especial aqui pela Marinha", afirmou. "Até ontem (quarta-feira, 22), chegamos a R\$ 60 milhões de reembolso para toda essa estrutura ser colocada à disposição."

No Atlântico, são levados seis helicópteros, três embarcações de desembarque de viatura e pessoal, duas lanchas, 180 fuzileiros navais e uma equipe de 28 médicos e militares da área de saúde de diferentes especialidades, incluindo cirurgiões, dentistas, farmacêuticos, pediatras etc.

Indagado sobre quais ações o governo federal está realizando para amenizar o impacto dos temporais, França apontou que a principal medida será realocar moradores das encostas. "A gente já fez várias alternativas, mas a principal mesmo é mais tarde a gente conseguir tirar as pessoas das áreas de risco. Construção de casas populares, especialmente as pessoas que ganham de um a 1,5 salário mínimo, a faixa mais vulnerável", afirma.

Segundo o governo federal, o Brasil tem cerca de 14 mil pontos de deslizamento, onde vivem aproximadamente 4 milhões de pessoas. "Essas construções vão ser feitas em terrenos que a prefeitura vai arranjar para que o governo possa construir Minha Casa, Minha Vida, para todos eles", disse França. Ele, no entanto, não deu um prazo para que isso aconteça.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B822-243D-868B-B491> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B822-243D-868B-B491



Hash do Documento

470507D73FAFABBB2B0B93B9B7B7CE58A30CB22CB7C007DB47CEBA61B52CE71C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
23/02/2023 21:18 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

